



**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2020/TCMPA, de 29 de abril de 2020.**

**EMENTA:** Dispõe sobre a aprovação da Nota Técnica nº 05/2020/TCMPA, que estabelece Orientações Gerais aos Municípios do Estado do Pará diante da crise imposta pela COVID-19, quanto à gestão de pessoas, despesas com pessoal e concessão de diárias, especialmente, enquanto perdurar o estado de calamidade pública e dá outras providências.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e do art. 3º, do Regimento Interno (Ato nº 16/2013), por intermédio desta Instrução Normativa, de cumprimento obrigatório;

**CONSIDERANDO** a necessidade de firmar entendimento e expedir orientação, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) e dos municípios jurisdicionados quanto à possibilidade, no atual momento, de surgirem diversas situações jurídicas emergenciais;

**CONSIDERANDO** que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou a disseminação do **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)** como uma pandemia mundial;

**CONSIDERANDO** a Mensagem nº 93 do Presidente da República publicada no Diário Oficial da União, edição extra, do dia 18 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública;

**CONSIDERANDO** o Decreto Legislativo nº 2, de 20 de março de 2020, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, no Estado do Pará;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manutenção dos serviços públicos e atividades essenciais durante o estado de calamidade e a consequente adequação dos quadros de pessoal dos municípios a esta finalidade, nos termos da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e decreto regulamentador nº 10.282, de 20 de março de 2020.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar a Nota Técnica nº 05/2020/TCMPA, constante do **ANEXO ÚNICO**, desta Instrução Normativa, objetivando a orientação dos Municípios Jurisdicionados e da área técnica do TCM PA.

**Art. 2º.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 29 de abril de 2020.**

**FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**

Conselheiro/Vice-Presidente/TCMPA

**SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES**

Conselheiro/Corregedor/TCMPA

**MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ**

Conselheira/Ouvidora/TCMPA

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**

Conselheiro/Presidente da Câmara Especial/TCMPA

**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial/TCMPA

**SÉRGIO FRANCO DANTAS**

Conselheiro-Substituto/TCMPA



**NOTA TÉCNICA Nº 05/2020/TCMPA**

**I - DO OBJETIVO**

Esta Nota Técnica tem por objetivo orientar os gestores municipais e firmar entendimento no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA), quanto à gestão de pessoas e despesas com pessoal, enquanto perdurar o estado de calamidade pública provocada pela pandemia do **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**.

**II – DAS MOTIVAÇÕES**

A pandemia mundial provocada pela Covid-19 afetará não apenas os sistemas de saúde, mas também a economia em escala mundial. A Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em nota à imprensa avaliou que **“a crise provocada pela pandemia do Coronavírus entrará para a história como uma das piores que o mundo já experimentou”**<sup>1</sup>.

No Brasil, os impactos da pandemia no mercado, no orçamento público e na arrecadação tributária afetarão diretamente as transferências intergovernamentais constitucionais e voluntárias, as quais certamente serão reduzidas e trarão graves problemas aos Entes Federados, em especial, junto aos municípios, e que dependem em demasia das transferências da União e do Estado para colocar em prática suas metas e agendas governamentais.

Assim, com a presente crise sanitária e de saúde pública, especialistas apontam para uma recessão ainda mais severa, que impactará na receita pública e, conseqüentemente, reduzirá o montante disponível para despesas com pessoal, calculado sobre a receita corrente líquida (RCL), nos termos do art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>2</sup>, fixando-se, a partir de tal quadro problemático, questões imediatas e mediatas.

Imediatamente, deve-se considerar a necessidade dos municípios darem resposta, tempestiva e efetiva, ao combate da pandemia e à preservação da saúde e da vida das pessoas, o que inclui a garantia de profissionais que mantenham os serviços públicos essenciais em funcionamento e também a preservação da remuneração dos servidores públicos, inclusive como forma de mitigar os impactos econômicos no comércio local, o que diminuiria ainda mais a arrecadação do município e potencializaria problemas sociais como desemprego e criminalidade.

A médio prazo, surge a questão do custeio da folha de pagamento de pessoal, face à previsão de demora na recuperação da economia e aos limites previstos na Constituição Federal<sup>3</sup> e regulamentados na LC n.º 101/2000, que visam garantir a responsabilidade da gestão fiscal e os investimentos em políticas públicas em benefício da população.

Portanto, a situação requer uma gestão firme, planejada e responsável da administração pública, no sentido de adotar as medidas preventivas e ações que visem proteger a saúde do munícipe, de modo a reduzir a propagação do **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**, o cuidado com os enfermos e, principalmente, a assistência à população mais necessitada. Para isso, o gestor deve agir restrito à legalidade e sempre almejando o interesse público.

Diante de tais premissas e, ainda mais, da indispensável padronização de entendimentos da área técnica deste TCM PA e dos entes jurisdicionados, apresenta-se e submete-se à consideração do Colegiado desta Corte de Contas esta Nota Técnica elaborada pelo Núcleo de Atos de Pessoal e Diretoria Jurídica, com colaboração da 1ª Controladoria de Controle Externo, mediante requisição da Presidência deste Tribunal, com o objetivo de estabelecer orientações sobre a gestão de pessoas e despesas com pessoal, quando o Ente decreta estado de emergência ou calamidade de saúde pública, em decorrência do **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**, nos termos que seguem:

<sup>1</sup> Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/cepal-crise-por-causa-de-covid-19-sera-uma-das-piores-do-mundo>>

<sup>2</sup> Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:  
(...)

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

<sup>3</sup> Vide art. 169, da CF/88.



### III – DOS ENTENDIMENTOS PROPOSTOS

Para melhor exposição das problemáticas e entendimentos propostos, os assuntos serão divididos em capítulos e seções, a seguir:

#### CAPÍTULO I

#### DA MANUTENÇÃO DA OFERTA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

#### SEÇÃO I

#### ASPECTOS GERAIS E MEDIDAS DE SEGURANÇA DOS SERVIDORES

Neste momento excepcional, cabe ao gestor a adoção de medidas que garantam segurança e saúde a todos, incluindo servidores, colaboradores e profissionais em geral, que mantém os serviços públicos funcionando, em benefício de toda a população.

Recomenda-se que, durante a vigência das medidas de restrição de circulação de pessoas e de convívio social, sempre que a natureza da atividade permitir, seja o servidor direcionado para atividades em regime de teletrabalho, com a necessária aferição de produtividade.

Em se mantendo o servidor em atividade presencial, deve-se atentar para as medidas de segurança que previnam o servidor e o público atendido do contágio, tais como fornecimento equipamentos de segurança e higiene, fixação de escalas de revezamento de servidores, bem como a redução da jornada de trabalho, a fim de evitar aglomerações, sem prejuízo da manutenção das atividades mínimas e essenciais ao funcionamento da Administração Municipal.

Quanto aos servidores em situação de risco, tais como gestantes, idosos e pessoas com doenças pré-existent (classificação dada pela OMS e Ministério da Saúde<sup>4</sup>), devem, preferencialmente, em virtude dos princípios do interesse público e da eficiência, ser direcionados ao teletrabalho (com aferição de produtividade), contudo, em não sendo possível, sugere-se seu afastamento das atividades, o que pode ocorrer com antecipação de gozo de férias ou licenças a que o servidor faça *jus*, compensação da jornada de trabalho no futuro ou utilização de banco de horas, regulamentado pela entidade.

Outra alternativa, quando inviáveis as medidas acima, é o afastamento temporário do servidor, com estímulo à capacitação por meio de plataformas virtuais de ensino à distância, a fim de aproveitar o momento de afastamento para seu aprimoramento profissional, em benefício da Administração.

É presumível, ainda, que em alguns setores haverá necessidade maior de servidores, indispensáveis ao atendimento da população, principalmente para agilizar a prestação do serviço, evitando aglomerações. Neste quadro, recomenda-se suprir a demanda eventual com profissionais do quadro próprio, através da relocação de servidores<sup>5</sup>; ampliação da jornada de trabalho (respeitada a jornada máxima legalmente permitida); suspensão imediata do gozo de férias e licenças de servidores das áreas afetadas (para gozo posterior).

Sendo imprescindível novas admissões, é recomendável, prioritariamente, a nomeação de servidores efetivos aprovados em concurso público vigente, especialmente nas áreas impactadas pela pandemia do **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**, desde que avaliada a permanência da necessidade do servidor após este período, bem como a normas do edital, a disponibilidade orçamentária financeira e os limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/06/2020-04-06-BE7-Boletim-Especial-do-COE-Atualizacao-da-Avaliacao-de-Risco.pdf>>

<sup>5</sup> Vislumbra-se, a partir da situação emergencial e/ou de calamidade deflagradas, salvo melhor juízo, uma possibilidade de flexibilização à vedação das regras atinentes ao nominado “desvio de função”, de modo que, independente do cargo efetivo que ocupem e órgão de lotação, os servidores possam ser aproveitados, excepcional e temporariamente, em ações de enfrentamento da pandemia, frisando-se ainda a necessidade do servidor possuir habilitação, competências e escolaridade mínimas para o exercício das funções.



**QUADRO RESUMO**

1. Deve ser priorizada a manutenção dos serviços públicos, com servidores preferencialmente direcionados ao teletrabalho, com necessária aferição de produtividade;
2. Para os serviços necessariamente presenciais, devem ser adotadas medidas de segurança aos servidores e ao público em geral;
3. Servidores considerados do grupo de risco devem ser direcionados ao teletrabalho ou, na impossibilidade deste, afastados das atividades;
4. Recomenda-se a relocação de servidores dos próprios quadros da Prefeitura para suprir demanda emergencial, com flexibilização, temporária e excepcional, da vedação ao desvio de função.

**SEÇÃO II**

**DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RAZÃO DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA**

Nos municípios que forem acometidos pelo surto do “**NOVO CORONAVÍRUS**” (COVID-19), ou seja, que verifiquem aumento na demanda por serviços de saúde e cujo quadro de pessoal, **mesmo com as medidas sugeridas na seção acima**, não seja suficiente para seu atendimento, pode se fazer necessário o reforço de profissionais, situação prevista no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, segundo o qual, “**a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público**”.

Desta redação, cumulada com o inciso II do mesmo artigo<sup>6</sup>, infere-se que a regra geral de acesso ao serviço público é o concurso público, porém, excepcionalmente, em situações de interesse público relevante, imprevisto e temporário, é possível a contratação de servidores por período determinado.

Tem-se ainda que a relação jurídica, os direitos e deveres das partes contratantes (administração e servidor), o prazo de contratação e as situações que a admitem devem estar previstas em lei municipal, regularmente aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito.

A contratação temporária constitui instrumento legítimo, que permite à Administração responder tempestiva e adequadamente a situações excepcionais, para as quais não haja tempo hábil ou interesse público permanente para o provimento de cargos efetivos.

O atendimento a estas premissas será objeto de análise e consideração, conforme imperativo constitucional, pelos Tribunais de Contas, dada a competência prevista de análise de legalidade dessas contratações, verificada junto aos termos do art. 71, inciso III c/c art. 75, da CF/88<sup>7</sup>.

Destaca-se que, **na hipótese de decretação de estado de calamidade pública**, em atenção à decisão monocrática proferida pelo Ministro ALEXANDRE DE MORAES, em sede de **Medida Cautelar na Ação Direta de**

<sup>6</sup> Art. 37. (...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

<sup>7</sup> Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

**Parágrafo único.** As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.



**Inconstitucionalidade (ADI) n.º 6.357<sup>8</sup>**, de 29 de março de 2020, fica dispensada a declaração do ordenador responsável de que o aumento com a despesa de pessoal tem adequação orçamentária e financeira, com base na Lei Orçamentária Anual - LOA; compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA e com Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, referenciando a dotação orçamentária específica, na forma do art. 16, da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, se for o caso, na forma do mesmo dispositivo da LRF. Mantém-se a obrigatoriedade, contudo, de informar, no contrato, a cláusula de dotação orçamentária.

Salientamos que os efeitos da medida cautelar são adstritos ao período compreendido entre sua emissão e o julgamento final da ação, o qual poderá manter ou extinguir sua eficácia e, repita-se, exclusivamente na hipótese de decretação de estado de calamidade pública, sob o qual houver a homologação da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, conforme já fixado junto às Instruções Normativas n.º 02<sup>9</sup> e 03<sup>10</sup>/2020/TCMPA.

Ordinariamente, preconiza-se a adoção do processo seletivo simplificado, como garantia mínima de atendimento ao princípio da impessoalidade nas contratações temporárias, contudo, caso haja impossibilidade, em face do quadro de pandemia e crise na saúde, recomenda-se que seja realizado **Chamamento Público** para a contratação, por meio de edital, que contenha:

- a) requisitos mínimos de habilitação para o credenciamento;
- b) critérios objetivos de classificação dos candidatos habilitados, caso seja ultrapassado o número de vagas;
- c) atividades a serem desempenhadas;
- d) forma de remuneração e hipóteses de rescisão contratual.

#### **QUADRO RESUMO**

1. *Novas contratações temporárias devem ser precedidas de outras medidas pela Administração Pública, a fim de aproveitamento de seu quadro de pessoal atual;*
2. *As contratações devem ser realizadas por período determinado, enquanto durar o período de excepcional interesse público;*
3. *A Constituição Federal confere competência ao TCM/PA para análise de legalidade e registro dos contratos temporários;*
4. *Preferencialmente, as contratações devem ser precedidas de Processo Seletivo Simplificado ou chamamento público, a fim de garantir a impessoalidade.*

### **SEÇÃO III**

#### **DO ENVIO DOS ATOS DE PESSOAL AO TRIBUNAL**

No Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a obrigatoriedade de envio dos contratos temporários para registro está fixada no art. 27, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n.º 109/2016<sup>11</sup> c/c art. 134 a 138, do Regimento

<sup>8</sup> Diante do exposto, CONCEDO A MEDIDA CAUTELAR na presente ação direta de inconstitucionalidade, ad referendum do Plenário desta SUPREMA CORTE, com base no art. 21, V, do RISTF, para CONCEDER INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, aos artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal e 114, caput, in fine e § 14, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020, para, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente de COVID-19, afastar a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de COVID-19.

<sup>9</sup> Disponível em <<http://www.tcm.pa.gov.br/consulta-as-instrucoes-normativas.html>>

<sup>10</sup> Disponível em <<http://www.tcm.pa.gov.br/consulta-as-instrucoes-normativas.html>>

<sup>11</sup> **Art. 27.** Para o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, o Tribunal receberá das autoridades competentes:

**VI** - Atos de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria e pensão;



Interno do TCM/PA<sup>12</sup>, ao que, por intermédio da Resolução Administrativa n.º 18/2018/TCMPA<sup>13</sup>, viu-se estabelecer a regulamentação da forma eletrônica de remessa, através do **Sistema Integrado de Atos de Pessoal** (SIAP)<sup>14</sup>.

Registre-se, neste sentido, que a Instrução Normativa n.º 002/2020/TCMPA<sup>15</sup>, de 27 de março de 2020, ainda que tenha assegurado a prorrogação ou suspensão parcial de prazos processuais, no âmbito do TCM PA, **ressalvou como inalteradas as obrigações pertinentes à alimentação de informações e documentos nos sistemas do Mural de Licitação, Geo-Obras e, destacamos, do SIAP**, conforme expressamente fixado no inciso IV, do art. 3º, que transcrevemos:

**Art. 3º.** *Disciplinar os prazos e obrigações vinculados ao controle externo do TCM PA, perante os Poderes Públicos Municipais do Estado do Pará, nos seguintes termos:*

**IV – Ficam mantidos todos os prazos e obrigações pertinentes à alimentação de informações e documentos, pelos entes jurisdicionados deste TCM PA, junto aos sistemas do MURAL DE LICITAÇÕES; GEO-OBRA e SIAP;**

As contratações temporárias, conforme estabelecido na citada Resolução, deverão ser acompanhadas de justificativa(s) que demonstre(m) a situação fática, não genérica, que enseja a excepcionalidade, de preferência com comprovação documental, para além de outros documentos que deverão ser anexados para envio ao TCM PA, conforme detalhado no art. 6º, do Anexo I, do mesmo instrumento resolutivo.

Registra-se, ainda, a obrigatoriedade de remessa prévia ao TCM PA, por intermédio do SIAP, da já referida lei municipal autorizativa de contratação temporária de pessoal, com observância das orientações disponibilizadas em manuais, disponíveis na página do sistema, cujo link de acesso foi referenciado acima.

Ademais, nas hipóteses de contratações temporárias, vinculadas a situação de emergência ou estado de calamidade pública, fixa-se a exigência de remessa dos respectivos decretos, por ocasião do encaminhamento das contratações, junto ao SIAP.

#### **QUADRO RESUMO**

*No âmbito desta Corte, os processos devem ser remetidos e instruídos conforme Resolução Administrativa n.º 18/2018/TCMPA, dentro do SIAP, cujo acesso se dá pela seção “Jurisdicionado” do site do Tribunal e onde se encontram manuais com instruções de preenchimento.*

#### **SEÇÃO IV**

#### **SITUAÇÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS VIGENTES EM SERVIÇOS NÃO RELACIONADOS AO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA**

Além dos contratos temporários vinculados aos serviços de saúde, existe a necessidade de pontuar situações acerca de contratações em outras áreas de atuação municipal, especialmente no que se refere à manutenção de contratos em áreas não consideradas essenciais e que, inclusive, podem ter tido suas atividades total ou parcialmente suspensas, por força dos aludidos decretos de situação de emergência ou de estado de calamidade pública.

Necessário esclarecer que tais admissões, a partir da subsistência de lei municipal autorizativa, são formalizadas por meio de contratos administrativos, que estabelecem direitos e deveres recíprocos aos contratantes (administração e

<sup>12</sup> Disponível em <<http://www.tcm.pa.gov.br/doe/publicacoes/ri16consolateato20pdf11174520190624140442.pdf>>

<sup>13</sup> Disponível em <[https://www.tcm.pa.gov.br/portal-do-jurisdicionado/docs/resolucoes/resolucao\\_18\\_2018.pdf](https://www.tcm.pa.gov.br/portal-do-jurisdicionado/docs/resolucoes/resolucao_18_2018.pdf)>

<sup>14</sup> Disponível em <<https://www.tcm.pa.gov.br/portal-do-jurisdicionado/sistema/siap>>

<sup>15</sup> Disponível em <<https://www.tcm.pa.gov.br/consulta-as-instrucoes-normativas.html>>



servidor), razão pela qual as hipóteses de suspensão ou rescisão do contrato antes do término da vigência devem estar previamente definidas no instrumento firmado entre as partes.

É de se ressaltar, contudo, que é característica dos contratos temporários atender à necessidade temporária, de excepcional interesse público, logo, é resguardado o direito da Administração de rescisão por conveniência, cessados a necessidade e o interesse que ensejaram a contratação e resguardados os direitos do servidor dispensado, previstos no contrato ou em lei municipal, dentre os quais, destaca-se, o direito à indenização.

Considerando os impactos sociais na rescisão antecipada de vários contratos temporários, é recomendado que sejam avaliadas alternativas a esta medida extrema<sup>16</sup>, dentre elas: direcionamento ao teletrabalho (com aferição de produtividade) e antecipação de férias individuais ou coletivas de trabalho.

Ainda, é possível a suspensão temporária de verbas relacionadas ao efetivo exercício (horas extras, tempo integral, dedicação exclusiva, adicionais de insalubridade, periculosidade, produtividade e outras verbas de natureza transitória) ou ainda de verbas de caráter indenizatório, tais como adicional de férias e auxílio alimentação e transporte.

No que se refere aos professores, especialmente atingidos com a suspensão das aulas, a fim inclusive de não prejudicar os alunos por tempo indeterminado, recomenda-se que seja avaliada a possibilidade de implantação de educação à distância ou, considerando a realidade dos alunos da rede pública de ensino dos municípios do Estado do Pará, a elaboração de materiais didáticos físicos para as unidades educacionais, a serem entregues aos alunos, com a adoção das medidas cabíveis de proteção, que evitem aglomerações.

Possível, ainda, a antecipação das férias dos alunos e professores, a antecipação de feriados, a utilização de banco de horas, o direcionamento do trabalhador para a qualificação e a prorrogação do termo final do contrato, a fim de conclusão do ano letivo.

Ainda dentro do específico caso dos professores e, decerto, aplicável por analogia às demais contratações temporárias vigentes, cumpre-nos destacar e subscrever o aprofundado estudo e as recomendações exaradas pelo Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da **NOTA TÉCNICA Nº 17/2020-MP/CAODPP-NCIC**, da qual se extrai, a manifestação de aprovação do Exmo. Promotor de Justiça, Dr. ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO, Coordenador CAODPP-NCIC, *in verbis*:

*Em levantamento perfunctório das legislações municipais e estaduais que regem a contratação de servidor temporário, nada foi encontrado sobre a possibilidade de suspensão do contrato, mesmo em caso de calamidade pública. Da mesma forma, a indenização em face de distrato por conveniência da administração é ordinariamente prevista nestas legislações, reproduzindo a norma federal.*

(...)

*Já a possibilidade de rescisão do contrato, de certo deve ser dosada pelos princípios da eficiência, razoabilidade e proporcionalidade, cabendo ao gestor público sopesar os eventuais encargos financeiros decorrentes desta decisão. É fato que a transitoriedade da presente situação de pandemia logo exigirá a recontração de profissionais, podendo gerar desnecessário prejuízo ao erário.*

(...)

*Igualmente se manifestou o Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (FOCCO-PB):*

<sup>16</sup> Tal recomendação não interferirá no julgamento posterior da legalidade dos contratos já celebrados, podendo, eventualmente, influenciar na análise de legalidade de eventuais prorrogações.





*Quanto aos municípios que têm contratos temporários excepcionais na área de educação, os efeitos de tais contratos podem ser suspensos, sem remuneração, sendo reativados após o período de paralisação? Ou devem ser tratados nos mesmos termos estabelecidos para os servidores efetivos? No que diz respeito aos contratos temporários por excepcional interesse público, previstos no Art. 37, IX, da Constituição da República, cumpre observar que disciplinam relação jurídica de natureza pública. Dessa maneira, não existindo regra específica na lei municipal que autorizou a contratação temporária ou em outra norma local, recomenda-se o mesmo tratamento conferido aos servidores titulares de cargos efetivos e comissionados. Assim como seus contratos não podem ser suspensos, sem remuneração, na hipótese de exigência de complementação de dias letivos (decorrentes da interrupção forçada das aulas), os funcionários contratados temporariamente não receberão remuneração extra, tal como ocorre com cargos efetivos e comissionados. (FOCCO-PB, Orientações gerais para contratações e demais atos de gestão sob a égide da Lei Nacional n. 13.979/2020)*

*Assim também concluiu a “Orientação do Grupo de Apoio à Execução n.º 11/2020”, de autoria do Promotor de Justiça Fabrício Pinto Weiblen, gentilmente cedida através do Grupo Nacional do Patrimônio Público, enfatizando, no entanto, a possibilidade de instrumento normativo local prever a suspensão do contrato.*

**Como se vê, as orientações de órgãos de controle até então existentes se direcionam pela impossibilidade de suspensão dos contratos, bem como pela necessidade de indenização na hipótese de rescisão.**

Por fim, afora os contratos vigentes, deve a Administração abster-se de realizar novas contratações neste momento, não relacionadas à crise da saúde pública, salvo justificativa e demonstração da situação fática pelo gestor, evitando-se, desta forma, o comprometimento, ainda maior, das receitas disponíveis para o enfrentamento da crise na saúde pública.

#### **QUADRO RESUMO**

- 1. Recomenda-se que sejam priorizadas medidas de manutenção dos serviços públicos, especialmente os relacionados à educação;**
- 2. As hipóteses e as condições de rescisão dos contratos antes do término do prazo de vigência devem ser avaliadas conforme lei municipal e discricionariedade administrativa, sem prejuízo dos direitos do contratado, notadamente a indenização;**
- 3. Sem previsão legal, não há possibilidade de suspensão de contratos temporários.**

## **CAPÍTULO II**

### **DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES**

No que se refere aos servidores públicos com vínculo e remuneração regidos pelos estatutos dos servidores dos municípios (Regime Jurídico Único) e Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR's), aportados via leis municipais, caso o Município tenha dificuldade em arcar com a folha de pagamento, sem comprometer o equilíbrio orçamentário e fiscal, deve adotar medidas que minimizem os impactos com a queda de arrecadação projetada e adequação aos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.





A remuneração do servidor público é protegida pelo princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos, previsto no art. 7º, inciso VI, da Constituição Federal<sup>17</sup>. Neste sentido, a ADI n.º 2.238-5<sup>18</sup>, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, suspendeu a eficácia do art. 23, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>19</sup>, que previa como medidas de adequação aos limites de despesa com pessoal a redução dos valores atribuídos a cargos e funções e a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

Entendeu-se, em decisão cautelar, que tais disposições contrariavam o referido princípio, de modo que, enquanto mantido tal entendimento da Corte Suprema, impossível a redução da remuneração dos servidores efetivos e comissionados, ainda que com redução da jornada de trabalho.

Sem colidir com o entendimento firmado pelo C. STF (Na ADI n.º 2.238-5<sup>20</sup>), entendemos como possíveis e pertinentes, ao contingenciamento das despesas com pessoal, algumas das quais, registre-se, já fixadas no âmbito do Poder Executivo do Estado do Pará<sup>21</sup> e do próprio TCM PA<sup>22</sup>, ao que pontuamos:

- a) Suspensão temporária de pagamento de verbas relacionadas ao efetivo exercício da função, tais como horas extras; tempo integral; dedicação exclusiva; adicionais de insalubridade, periculosidade, produtividade e outras verbas de natureza transitória, bem como, de verbas de caráter indenizatório, tais como adicional de férias e auxílio alimentação e transporte;
- b) Suspensão temporária da concessão de promoções e progressões funcionais, aumento do adicional de tempo de serviço e, ainda, de concessão de revisões gerais anuais e reajustes, os quais geram evolução vegetativa da folha de pagamento, sem prejuízo, contudo, das correspondentes indenizações e incorporações devidas, após a superação da situação de crise em evidência.
- c) Fixação de medidas que tornem sem efeito as designações de servidores efetivos para funções gratificadas ou cargos em comissão, desde que não haja prejuízo para as atividades a serem desempenhadas pelos mesmos.
- d) Extinção ou vedação de criação de novos grupos de trabalho e/ou comissões, que comportem pagamento de adicionais, desde que não relacionados ao enfrentamento da pandemia.
- e) Desejável ainda que, a despeito do reconhecimento de direitos dos servidores, sejam suspensos temporariamente qualquer pagamento de verbas retroativas a agentes públicos, bem como não se autorize a realização de despesas relativas às indenizações de férias e/ou licença-prêmio;
- f) Finalmente, recomenda-se ainda que a Administração se abstenha de nomear novos servidores efetivos ou comissionados não relacionados ao enfrentamento da pandemia ou ao funcionamento de serviço essencial.

Por oportuno, considerando que muitos municípios já não conseguiam arcar com suas folhas de pagamento sem descumprir os limites com despesas com pessoal fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal e tendo em vista as previsões de recessão econômica por período indeterminado, o que, como exposto acima, acarretará queda na arrecadação, é desejável que os entes municipais iniciem uma reavaliação de seus quadros de pessoal e respectivas remunerações, com:

- a) Levantamento de número de cargos criados, ocupados e vagos;
- b) Avaliação da adequação dos cargos à necessidade atual do município e consequente extinção, transformação e criação de cargos;

<sup>17</sup> Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

<sup>18</sup> Disponível em <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1829732>>

<sup>19</sup> Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§2º. É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

<sup>20</sup> Disponível em <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1829732>>

<sup>21</sup> Disponível em <<http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/de670.pdf>>

<sup>22</sup> Disponível em <<http://tcm.ioepa.com.br/diarios/2020/2020.04.14.DOE.pdf>>



- c) Estudo dos impactos das verbas previstas nas legislações municipais, como gratificações e adicionais que geram aumento vegetativo da folha de pagamento, verificando-se sua adequação à situação financeira do ente, sem prejuízo da observância dos direitos adquiridos.

Compreendemos que tais medidas de contingenciamento, ainda que se revelem, em um primeiro momento, de constrição remuneratória, alcançam, por outro lado, o oportuno balanceamento entre receitas e despesas, de modo a evitar, ao menos em um primeiro momento, medidas mais gravosas, tais como a demissão de pessoal.

**QUADRO RESUMO**

- 1. A remuneração dos servidores públicos é protegida pelo princípio da irredutibilidade dos vencimentos, não podendo haver redução das parcelas inerentes aos cargos que ocupam;*
- 2. Há possibilidade de suspensão de verbas de caráter transitório e indenizatório e de direitos que impliquem em crescimento vegetativo da folha de pagamento;*
- 3. Recomenda-se a suspensão temporária de pagamento de verbas retroativas ou indenizatórias, independentemente do reconhecimento do direito do servidor;*
- 4. É desejável que os municípios avaliem se seus PCCR's atendem às suas necessidades e capacidade financeira atuais.*

**CAPÍTULO III**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE CONCURSOS PÚBLICOS**

**SEÇÃO I**

**CONCURSOS AINDA NÃO HOMOLOGADOS**

Sabe-se que, em muitos municípios, a proporção de servidores temporários em relação a cargos providos em caráter efetivo é alarmante, estando totalmente descaracterizada a excepcionalidade do interesse público e a necessidade temporária, tendo em vista a utilização do instituto para execução de serviços rotineiros e permanentes da Administração, o que enseja grande número de negativas de registro dos contratos por parte do TCM/PA, com recomendação de realização de concurso público, sem prejuízo da fixação de multas, aos responsáveis.

No entanto, em razão da pandemia do “**NOVO CORONAVÍRUS**” (COVID-19), é recomendável que os Municípios avaliem, de ofício, o quantitativo de cargo inicialmente ofertado no edital, assim como a previsão orçamentária-financeira, além da manutenção das datas e prazos contidas no cronograma do concurso, tendo em vista as orientações sanitárias de restrição de circulação e isolamento social, para as quais se exige que sejam evitadas aglomerações e viagens intermunicipais e interestaduais desnecessárias, o que inevitavelmente aconteceria para a inscrição nos concursos, realização de provas e entrega de documentos pessoais ou de provas de títulos.

Optando-se pela manutenção de prazos de inscrição e, assim, da realização de provas, durante a vigência dos sobreditos decretos de situação de emergência e/ou calamidade pública, haveria prejuízos a ampla participação de concorrentes nos certames públicos, evidenciando-se transgressão a princípios constitucionais como a igualdade, impessoalidade e acesso a cargos e empregos públicos, mediante concurso público, o que poderia ensejar a determinação de suspensão do concurso público, tal como já decidido pelo TCE-PE<sup>23</sup>.

<sup>23</sup>Disponível em:

[http://www2.tce.pe.gov.br/processosJoomla/processos/consulta\\_processo.asp?ITHcprc=20524730](http://www2.tce.pe.gov.br/processosJoomla/processos/consulta_processo.asp?ITHcprc=20524730)

[http://www2.tce.pe.gov.br/processosJoomla/processos/consulta\\_processo.asp?ITHcprc=20524778](http://www2.tce.pe.gov.br/processosJoomla/processos/consulta_processo.asp?ITHcprc=20524778)



Ademais, cientes de que muitos entes possuem Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrados com outros órgãos de controle, especialmente o Ministério Público Estadual, para realização de concurso público, orientamos, de maneira complementar ou alternativa que:

- a) O TCMPA remeta expediente ao Procurador Geral de Justiça, objetivando a avaliação daquele ente, quanto à possibilidade e à pertinência de fixação de medidas de orientação às Promotorias de Justiça, destinadas à suspensão de prazos estabelecidos em TAC's que se vinculem a realização de concursos públicos, em tudo observada a autonomia do *Parquet Estadual* e independência de seus Membros;
- b) Os Chefes dos Poderes Municipais, que eventualmente celebraram os sobreditos TAC's, adotem medidas de encaminhamento, com os respectivos Promotores de Justiça das comarcas vinculadas, a fim de avaliarem em conjunto a situação, fixando novas condições para o ajuste.

Ressalta-se que o eventual sobrestamento que por ventura possam ocorrer não impede que os Municípios sigam com etapas de planejamento para realização de concursos públicos, especialmente no que se refere às recomendações do Capítulo II, de levantamento e avaliação de seu quadro de pessoal, considerando ainda os impactos orçamentários e financeiros decorrentes da crise econômica que se prevê.

**QUADRO RESUMO**

1. *Recomenda-se a suspensão dos concursos públicos em andamento, a fim de prestigiar as medidas de segurança que requerem isolamento social, e também garantir a ampla participação de candidatos no certame;*
2. *A suspensão das inscrições e provas não impede a continuidade de ações de planejamento, inclusive considerando impactos orçamentários-financeiros da queda de arrecadação prevista*

**SEÇÃO II**  
**CONCURSOS HOMOLOGADOS**

A nomeação de servidores regularmente aprovados em concurso público, no presente momento, deve ser antecedida de criteriosa análise de conveniência e oportunidade, assegurando-se a necessária suspensão e/ou prorrogação de prazos, ressalvadas, contudo, aquelas diretamente relacionadas e indispensáveis ao enfrentamento da pandemia.

No entanto, o prazo para nomeação dos servidores aprovados em concurso público inicia com a publicação da sua homologação, sendo previsto no Edital o prazo de validade, não superior a 02 (dois) anos, prorrogável uma única vez por igual período, nos termos do art. 37, III<sup>24</sup>, CF. Dessa feita, é recomendável a suspensão do referido prazo enquanto permanecer decretada a calamidade pública/emergência, para não prejudicar os candidatos aprovados, bem como avaliar a possibilidade de prorrogação da validade, sempre que possível.

**QUADRO RESUMO**

1. *A nomeação de novos servidores efetivos deve ser antecedida de avaliação de conveniência e oportunidade, considerando o momento atual;*
2. *A fim de não prejudicar candidatos aprovados no certame, recomenda-se a prorrogação de validade dos certames, sempre que possível.*

<sup>24</sup> art. 37...

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;



**CAPÍTULO IV**  
**DOS LIMITES E RESTRIÇÕES LEGAIS À ADMISSÃO DE PESSOAL**  
**EM ANO ELEITORAL**

A Lei Federal n.º 9.504/1997<sup>25</sup>, estabelece normas para as eleições, prevê algumas situações que são vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral, dentre as quais destacamos o fixado pela alínea “d”, inciso V, do art. 73, *in verbis*:

**Art. 73.** São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

**V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:**

**d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo; (grifamos)**

Da norma legal, destaca-se que é autorizada, especificamente, a “**contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo**”.

Ao passo de não haver, junto a citada norma legal, a precisa definição do que seriam “**serviços públicos essenciais**”, não se pode deixar de remeter, no especial contexto atual contexto da pandemia e crise na saúde, a observância, no que couber aos municípios, do Decreto Federal n.º 10.282, de 20 de março de 2020<sup>26</sup>, que regulamentou a Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020<sup>27</sup>, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

Sobre este assunto, recomenda-se a leitura da publicação “Contas Públicas e outros procedimentos no Último Ano de Mandato: Orientação aos Gestores Públicos Municipais - Exercício 2020”, disponível no site do TCM/PA<sup>28</sup>.

**QUADRO RESUMO**

1. A restrição à admissão de pessoal é relativizada diante da comprovação de necessidade de instalação ou funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;
2. Remissão às orientações estabelecidas pelo TCM/PA, junto ao manual de último ano de governo e vedações eleitorais, editado em 2020.

**CAPÍTULO V**  
**DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS**

A concessão de diárias para agentes políticos e servidores públicos deve estar disciplinada em lei municipal específica, onde devem constar as hipóteses autorizativas, valor e formas de comprovação e fiscalização pelo sistema de controle interno de cada ente.

<sup>25</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm)

<sup>26</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm)>

<sup>27</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm)>

<sup>28</sup> Disponível em <<https://www.tcm.pa.gov.br/publicacoes/contas-publicas-e-outros-procedimentos-no-ultimo-ano-de-mandato-orientacao-aos-gestores>>



Acerca do tema, destacamos o *“Manual prático para fornecimento, acompanhamento e comprovação de despesas com ‘diárias de viagens’, concedidas aos servidores e agentes políticos municipais”*<sup>29</sup>, desenvolvido pela Escola de Contas Públicas “Conselheiro Irawaldyr Rocha”, em 2016, como material didático e de apoio ao projeto *Capacitação*, sob o qual, este TCMPA fez embasar decisões consultivas, dentre as quais, **Resolução n.º 13.314/2017/TCMPA**<sup>30</sup> e **Resolução n.º 14.376/2018/TCMPA**<sup>31</sup>, que remetemos à leitura dos jurisdicionados.

À luz das orientações gerais, acima fixadas, entendemos não haver expressa vedação à concessão de diárias durante os períodos onde se vejam decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública, salvo se lei ou decreto municipal, de competência de cada ente assim o determinar.

No específico momento atualmente enfrentado, em virtude das peculiaridades da pandemia instaurada pela disseminação do **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**, sob a qual se preconiza como mecanismo de prevenção e mitigação de contágio, a restrição de circulação de pessoas e de limitação de convívio social, há de se exigir muita cautela e ponderação na avaliação da concessão de diárias e, de maneira antecedente, na autorização de deslocamento de agentes políticos e servidores, para fora do município de vinculação.

Neste sentido, recomendamos que o ato que decreta a situação excepcional restrinja ao máximo a concessão de autorização de deslocamentos e, por conseguinte, o pagamento de diárias, limitando-as para as hipóteses relacionadas às ações de combate à pandemia do **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**, inclusive em razão da recomendação das autoridades sanitárias de redução de circulação de pessoas.

A título ilustrativo, demonstra-se relevante a concessão de diárias aos servidores da área da saúde, que atuem no transporte de pacientes para hospitais de referência, tais como os Hospitais Regionais e/ou de Campanha, quando o tempo de deslocamento, assim o permitir.

Lado outro, novamente a título ilustrativo, não se mostra razoável a concessão de diárias à agentes políticos que pretendem deslocamento para participação de reuniões políticas, ou encontros assemelhados, quando se identificam as limitações acima já fixadas, recomendando-se, nestas hipóteses, a utilização das ferramentas de tecnologia da informação, para sua atuação em favor da municipalidade.

Destaca-se que tais recomendações atendem tanto as medidas preventivas exaradas pelos órgãos mundiais, nacional e estadual de saúde, para além de assegurar contingenciamento de despesas, com a redução dos custos envolvidos com os mesmos deslocamentos.

Ressaltamos, por fim, a exemplo do que ordinariamente já ocorre<sup>32</sup>, preconiza-se a intensificação da fiscalização

<sup>29</sup> Disponível em:

<http://www.tcm.pa.gov.br/doe/publicacoes/roteiroparacomprovacaodedespesascomdiariasversaotcmipa1pdf22323620161031135415.pdf>

<sup>30</sup> EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO DE 2016. DIÁRIAS DE VIAGEM. PROCEDIMENTOS DE FIXAÇÃO, CONCESSÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS. MANUAL DE PRÁTICO PARA FORNECIMENTO, ACOMPANHAMENTO E COMPROVAÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS DE VIAGEM, CONCEDIDAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS DO TCMPA. OBRIGATORIEDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. (PROCESSO Nº 201608302-00 / RESOLUÇÃO Nº 13.314/2017/TCMPA / RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS ARAÚJO).

Disponível em:

<https://www.tcm.pa.gov.br/doe/publicacao/arquivo/idkUGdlBoNIUsRmdOZIVhZlbohKwGpFMSFDc4VFbkdlVxolRWxWVxEWMKRIVsZITI1WOzRFWfJjVWB3RXmWXZVV1UUWV50RN1mR0YIVSdlVwA3RWdFe0lIMKpkWHhXahJjUXdFWKKNkUHZVVaVkwQRIeWZVVsR2VSZlWav2RxlYlJFWUpmSWJmRaRITVZYj1GeXplVoNIYGI0dNZkVpNVMwFnVu1Rh1WR>

<sup>31</sup> EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO 2017. ADMISSIBILIDADE. FIXAÇÃO DO VALOR DE DIÁRIAS DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PARÂMETROS PARA FIXAÇÃO. INICIATIVA LEGISLATIVA. COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DAS DIÁRIAS DE VIAGEM. IMPOSSIBILIDADE. REMISSÃO PEDAGOGIA AO “MANUAL PRÁTICO PARA FORNECIMENTO, ACOMPANHAMENTO E COMPROVAÇÃO DE DIÁRIAS DE VIAGEM” DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS “CONSELHEIRO IRAWALDYR ROCHA”. (PROCESSO Nº 201705045-00 / RESOLUÇÃO Nº 14.376/2018/TCMPA / RELATORA: CONSELHEIRA MARA LÚCIA BARBALHO)

<https://www.tcm.pa.gov.br/doe/publicacao/arquivo/kVVKEVEYRmRiZkWU5kVWp1YrpVRZFzZ4JMSV0UqpEaOZkWXZFbatkUsZ1TW1GeXVmRKdkVrlzhFjWHJ1aS9UYFpVcWVVTJFMxo3VrJ1VkvIS1lIM4BjVwAzdWpmRoF2MCh1VspVYhBTNWVVB4ZVUwkVeZRIrSZIRWIVUtvTV>

<sup>32</sup> Conforme levantamentos realizados pela Diretoria Jurídica do TCMPA, por intermédio do sistema LINCE, em 2018, foi verificado que 14,95% (quatorze vírgula noventa e cinco por cento) das contas de gestão das Câmaras Municipais que sofreram reprovação, com determinação de sanção pecuniária e restituição ao erário, estão vinculadas ao pagamento irregular de diárias aos vereadores e/ou ausência de comprovação da realização das mesmas.



exercida pelo TCMPA, junto aos atos de concessão de diárias, durante o período de pandemia atual, onde será observada, além da legalidade, a justificativa da concessão e a comprovação do deslocamento e da situação fática que ensejou o recebimento da verba indenizatória, advertindo-se, desde já, os respectivos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios do Estado do Pará, quando as consequências sancionatórias e de restituição de valores, a que estão sujeitos, quando detectada a ocorrência de quaisquer ilegalidades.

**QUADRO RESUMO**

- 1. Recomenda-se que o ato que decreta a situação de emergência ou calamidade pública restrinja a concessão de diárias às situações de combate à pandemia;*
- 2. A legalidade e a justificativa da concessão de diárias será objeto de fiscalização pelo TCMPA.*

**IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos, por meio da presente Nota Técnica orientar os jurisdicionados quanto à observância de parâmetros legais extraordinários em face da declaração de pandemia do **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**, mais especificamente quanto à gestão de pessoas e despesas com pessoal, no que se refere à adequação à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Este é o sentimento de todos que fazem o TCMPA para que juntos com seus jurisdicionados observem e preservem com acuidade a legalidade e a moralidade dos atos executados pelos Poderes Públicos Municipais, como ferramenta primeira à conjugação de esforços para superação do quadro da crise atual e que tenham sempre à frente o interesse público.

Por fim, cumpre-nos ressaltar que por força da evolução do quadro de pandemia e, por conseguinte, dos fortes debates legislativos travados em âmbito nacional, o presente estudo poderá, a qualquer tempo, ser reavaliado e/ou complementado, de acordo com as novas diretrizes que venham se estabelecer no ordenamento jurídico nacional e/ou estadual.

Neste sentido, ressaltamos a tramitação, no Supremo Tribunal Federal, da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6381, sob relatoria do Exmo. Ministro ALEXANDRE DE MORAES, na qual o Partido Republicano da Ordem Social (Pros) pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) a concessão de medida cautelar para flexibilizar os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101/2000), a fim de permitir a contratação de novos profissionais de saúde e outros servidores e o pagamento de horas extras durante a pandemia da **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**.

Diante de todo o acima exposto, submetemos a presente Nota Técnica à consideração superior do Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

**Belém, 24 de abril de 2020.**

**LUIZA MONTENEGRO DUARTE PEREIRA**

Analista de Controle Externo  
Núcleo de Atos de Pessoal – NAP

**RAPHAEL MAUÉS OLIVEIRA**

Diretor Jurídico  
Diretoria Jurídica – DIJUR

**THIAGO RAFAEL DA CRUZ PEIXOTO**

Analista de Controle Externo  
1ª Controladoria

**SARAH SERIQUE DE ANDRADE**

Assessora Técnica  
Diretoria Jurídica – DIJUR